

## **EM BUSCA DA AUTONOMIA: RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS<sup>1</sup>**

**Joelson Ramalho Rolim  
Laurita Dias do Nascimento<sup>2</sup>  
Maria Lucinete Fortunato<sup>3</sup>  
Mariana Moreira Neto<sup>4</sup>**

A possibilidade de alcance do desenvolvimento sustentável em assentamentos da reforma agrária passa pelo empoderamento e pela inserção dos assentados. Ou seja, pela conquista de visibilidade e de dizibilidade política, e pela participação nos espaços públicos. Impõe-se, pois, a construção de ações e práticas educativas, formais e informais, que possibilitem a elaboração de novas relações de poder nos assentamentos. Esse procedimento exige o debate permanente acerca de como se processam a elaboração, execução e gestão de políticas públicas, projetos e programas de desenvolvimento para os assentamentos.

Na compreensão de Freire, quanto mais o sujeito for levado a

(...)refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais “emergirá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples expectador, mas deve intervir cada vez mais.<sup>5</sup>

De acordo com esta compreensão, as atividades realizadas com as comunidades dos Assentamentos Santo Antonio, Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião e Frei Beda, no município de Cajazeiras, totalizando 130 famílias, se propôs contribuir para a participação efetiva dos assentados na elaboração, execução e gestão de políticas públicas direcionadas aos agricultores, a exemplo das questões relativas à reforma agrária, ao desenvolvimento sustentável, à convivência com o semi-árido e à educação no campo respaldado no argumento de que

a abertura de um processo de discussão política é uma inovação inquestionável em termos da democratização da formulação da política pública, possibilitando que segmentos até então excluídos da arena de decisão tenham a oportunidade de apresentar e defender seus interesses. Por certo, tal abertura não rompe, de imediato, com relações de poder historicamente constituídas e visceralmente entranhadas na sociedade, mas possibilita que as

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Bolsista de Extensão, Aluna de graduação do Curso de Licenciatura Plena em História do UFCG/CFP/UACS, e-mail: [selene@gawab.com](mailto:selene@gawab.com)

<sup>3</sup> Professora Doutora em História (Orientadora), UFCG/CFP/UACS, e-mail [mlucinete@uol.com.br](mailto:mlucinete@uol.com.br)

<sup>4</sup> Professora Mestra em Sociologia (Co-Orientadora), UFCG/CFP/UACS, e-mail [moreiramariana@uol.com.br](mailto:moreiramariana@uol.com.br)

<sup>5</sup> FREIRE: 1983, p. 61

mesmas seja identificadas e, num processo de longo prazo, sejam alteradas através do conflito e do aprendizado democrático<sup>6</sup>.

Neste sentido, foi fundamental o entendimento de que a agricultura familiar representa mudanças para as populações agrícolas historicamente colocadas à margem da produção e do usufruto da “modernização da agricultura”. Também foi decisivo o entendimento de que, ao Estado, cabe o papel de executor e gestor das políticas públicas, capazes de consubstanciar uma diretriz de reforma agrária promotora da discussão em torno de dilemas sociais ante um quadro de modernização e transformação social.

Nesta perspectiva, a reforma agrária deve ter como objetivos não apenas uma mudança no regime de propriedade, mas uma promoção social por meio da integração, como nos aponta MARTINS (2003,161) ao entender a agricultura familiar como uma unidade de reprodução da família que não se pauta apenas no meio rural e não representa uma economia restrita ao fator agrícola. Na verdade, sem marcos fixos, as estratégias de produção, além de subsistência e permanência na terra, acabam num ideal de agricultura familiar eficaz na superação de obstáculos que surgem em decorrência do mundo do capital, que tem gerado imensas transformações sociais e econômicas.

Essa estrutura e esses valores têm funções sociais autoprotetoras em face de uma sociedade que desenraiza e exclui. Tem sido esse o meio de forçar a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em consequência do desenvolvimento econômico.<sup>7</sup>

A partir deste pressuposto, percebe-se que o caráter excepcional e de emergência que reveste a política agrária no Brasil se contrapõe à necessidade real de famílias que carecem de políticas públicas estruturantes e de longa duração, cujas ações ultrapassem os limites das necessidades emergenciais. Assim, emerge como imprescindível a uma reforma agrária contínua, construída nas comunidades a partir de suas necessidades e que promova a ressocialização com bases na economia e agricultura familiar, garantindo a permanência na terra e combatendo a falta de compromisso social dos moradores, evitando casos onde os sujeitos da reforma não sabem ao menos porquê o são, já que pretendem sê-lo apenas pela condição de dono da terra, para depois fazer dela o que bem lhe convier, seja vendê-la ou arrendá-la.

Neste contexto situa-se o debate das problemáticas políticas, econômicas, históricas, educacionais e sócio-culturais que afetam e definem a formação política das pessoas que residem em Assentamentos da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, com vistas à sua

---

<sup>6</sup> SILVA; SCHNEIDER; 2004, 170

<sup>7</sup> MARTINS, 2003, p.162

inserção cidadã no exercício das relações de poder que eles(as) vivenciam, e da construção de ações conjuntas que repercutam na elaboração e execução de políticas públicas que possibilitem a melhoria das suas condições de vida e trabalho.

A construção de uma compreensão do que sejam políticas públicas e de como elas são construídas norteou as discussões políticas acerca das questões relacionadas a políticas públicas, sobretudo, nos âmbitos da reforma agrária, do desenvolvimento sustentável, da convivência com o semi-árido, da participação política, da cidadania, da educação no campo etc. A opção por estas temáticas surgiu no curso das ações desenvolvidas e considerando as múltiplas maneiras como os assentados experienciam tais questões em seu cotidiano.

As discussões teóricas foram imprescindíveis para a edificação do conhecimento e comprometimento dos alunos bolsistas e das comunidades assentados com a questão agrária. O desdobramento mais visível e significativo destes debates foi a constatação de que a discussão de políticas públicas no contexto de redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável não é tarefa fácil. Para realizá-la, é preciso levar em conta inúmeros aspectos e diversas formas de abordagens.

Assim é que, no Brasil, as políticas públicas sociais surgiram na década de 30, durante o Governo Vargas, a partir da criação da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e da Lei Brasileira de Assistência-LBA, com base em uma concepção de Estado provedor e intervencionista, reforçando ações compensatórias. Esse modelo começou a ser questionado no início da década de 1990. Nos últimos anos vem ganhando vigor o movimento que visa unir governos, sociedade civil e setor privado no processo de planejamento e implantação das iniciativas de desenvolvimento. Essa intersetorialidade é complexa uma vez que nem todos os atores envolvidos nessas instâncias têm voz e cada setor possui uma lógica, um interesse diferente.

No que diz respeito à questão da reforma agrária, as iniciativas de políticas públicas neste sentido têm representado significativas transformações espaciais. Um projeto de assentamento desencadeia novas dinâmicas de (re)estruturação do espaço e surge como contraponto a um contexto historicamente marcado pela concentração fundiária e pelas precárias condições de vida de pequenos produtores e dos trabalhadores rurais, que defendiam que:

A luta pela terra não era uma luta por qualquer terra, mas a luta pelo espaço rural com maior capacidade de uso; uma luta pelo estabelecimento de relações sociais que superassem a dominação realizada pelo latifúndio; uma luta por outro modelo de desenvolvimento rural.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>BERGAMASCO, 2003, p.20

Contudo, a reforma agrária, que tem como objetivo modificar a estrutura e a renda agrária do país, aponta a existência de problemas que precisam ser superados na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades assentadas. Isto porque, não há uma preocupação com as condições de produção nas áreas reformadas, nem a superação do distanciamento entre o Estado, a sociedade civil organizada e os trabalhadores assentados. Para que isso aconteça faz-se mister: o desbloqueamento dos processos de construção das singularidades humanas pela presença de subjetividades capitalísticas programadas e a mediatização, pelo nível particular, onde se articulam as múltiplas intermediações entre os planos macro e micro do tecido social; a construção de novos canais de interação entre os diferentes grupos; e a elaboração de novas relações entre as fontes fundamentais de poder que sustentam as hierarquias sociais (RIBEIRO:1997, p. 129).

A educação e a participação política dos sujeitos sociais envolvidos na luta pela terra, que passam a ter os assentamentos como espaço de vivência e convivência social, política, cultural, sentimental e pessoal, é, pois, condição necessária para a inclusão social destas comunidades.

A educação, vista numa perspectiva de política compensatória e assistencialista não tem se preocupado com a formação continuada, implementada com base no princípio da circulação dos saberes, da transdisciplinaridade dos conhecimentos e do exercício da cidadania. Pobreza, fome e ignorância têm sido sinonimizadas. No entanto,

(...)ser pobre é menos não ter do que não ser. Passar fome é grande miséria, mas é miséria ainda maior não saber que, primeiro, a fome é inventada e imposta, e, segundo, que para superar a fome não basta receber comida mas é essencial ter condições de prover o próprio sustento. (...) Assim, pobreza não implica apenas estar privado de bens materiais; mas sobretudo estar privado de construir suas próprias oportunidades.<sup>9</sup>

De acordo com essa compreensão, a principal tarefa da educação na contemporaneidade é a de educar, formal e informalmente, pensadores capazes de enfrentar os desafios do conhecimento e criar novas formas e entendimento do mundo. Dessa forma, a educação estará produzindo sujeitos capazes de confrontar-se com a pobreza política desfazendo o véu da ignorância historicamente produzido sobre as camadas populares e tomando em suas mãos o rumo de sua história (DEMO: 2002, p. 149).

---

<sup>9</sup> DEMO: 2002, p. 146

## Transitando entre o pensar e o fazer

As discussões de questões acerca de políticas públicas e o que elas representam para o crescimento e melhoria das comunidades assentadas, bem como o entendimento dos moradores acerca destas temáticas, revelaram nuances da relação tensa e fundamental entre o que se pensa e o que se faz do pensar. Neste contexto, situa-se a resistência inicial manifestada pelos assentados em discutir política e da imediata associação e redução da temática ao âmbito da política partidária. Através da leitura e discussão de textos que abordam de forma simples e didática, a discussão sobre o que é política e como ela está presente no cotidiano de todos, as pessoas nos assentamentos passaram a compreender que atos políticos são atos de decisão, não necessariamente ligados à partidos e eleições. Mas ainda surgiam dúvidas: *“A gente que vive na roça, ninguém consegue falar dessa política. A gente entende bem o que é um vereador, um prefeito, um presidente...”*, dizia um morador do Assentamento Valdecy Santiago.

Relatando experiências já vivenciadas, onde as posições políticas foram decisivas na resolução de problemas, um dos moradores do Assentamento Santo Antonio relatou que, há alguns anos, o prefeito do município determinou, através da Secretaria Municipal de Educação, o fechamento da escola existente na comunidade, o que só não se concretizou devido aos moradores terem se “juntado” e ido até a Secretaria de Educação falar com alguma autoridade competente.

Diante de exemplo tão convincente, procurou-se mostrar aos assentados que a partir do momento que o coletivo se reúne e se organiza por um interesse comum, as políticas públicas entram em cena, e que é através da constante organização da sociedade civil que elas se tornam eficazes. A partir daí os moradores passaram a manifestar opiniões extremamente conscientes que afirmavam: *“A política pública começa em você mesmo e a gente pode fazer política em cima de qualquer objetivo”*. Partindo de posicionamentos como este, iniciavam-se as discussões da temática enfatizando que as políticas passam a ser públicas quando envolvem o coletivo e quando são realizadas em nome de todos.

Em meio às abordagens, os assentados iam percebendo que as políticas públicas dependem das necessidades e de decisões dos sujeitos sociais nelas envolvidos e que são pensadas, elaboradas e executadas em afinidade com o nível de organização da comunidade. À medida que os debates iam se intensificando os assentados deixavam transparecer a compreensão do que, para eles, seria políticas públicas. As falas iam sendo direcionadas para a construção de uma compreensão do fazer coletivo, de como a união é essencial às realizações em todos os campos da vida, mas, sobretudo, na luta por benefícios em nome de uma comunidade. Ao longo do desenvolvimento das atividades, as pessoas iam demonstrando a necessidade de se organizar, decidir e agir, tornando

concretos os objetivos em prol da coletividade e evidenciavam cada vez mais seu grau de conscientização: “*O direito que o governante tem a gente também tem*”, disse um morador do Assentamento Frei Beda.

A ênfase abordada possibilitou aos assentados a elaboração do entendimento de que, em todo processo humano, a tomada de decisão é um ponto importante e ao mesmo tempo conflitivo que implica escolher e optar por direções sem certezas nem garantias, mas que é sempre necessário decidir e poder tomar rumos a partir da própria escolha, saindo do imobilismo que ameaça toda vez que surge a necessidade da opção e da escolha. Enfatizou-se também que as decisões, mesmo aquelas situadas na esfera privada, terminam influenciadas pela questão coletiva, tornando-se não apenas decisões políticas, mas também públicas, já que dizem respeito à coletividade. Nesse sentido, as ações até podem ser individuais, mas funcionam mais efetivamente quando são coletivas e é nesse âmbito que as políticas públicas são desenvolvidas e devem ser praticadas, não só por governantes, mas pela população em geral.

Em todos os encontros, a temática das políticas públicas transversalizou os debates ressaltando a importância de mecanismos políticos que garantam a permanência das pessoas na terra. Como consequência, os assentados elaboraram o entendimento de que as ações em benefício da população são de responsabilidade dos governantes e que agindo em prol do bem-estar coletivo eles não estão fazendo nenhum favor, apenas cumprindo com suas responsabilidades, sendo necessário que as pessoas se organizem para cobrar as ações e decisões que cabem ao governo, pois se as políticas públicas nascem da necessidade, elas também devem partir de quem necessita.

Por considerar sempre o coletivo, questões como o associativismo também foram tratadas nas comunidades, visando despertar a coletividade em áreas onde o individualismo vinha sendo marca muito forte, para que, coletivamente, as comunidades pudessem se fortalecer e alcançar a implementação de políticas públicas que propiciem a melhoria de sua condição de vida.

O reconhecimento da importância da organização e da ação dos moradores nas conquistas políticas e sociais dos assentamentos surgiu com muita recorrência nas reflexões dos assentados ao reconhecerem que a elaboração, execução e gestão das políticas sociais é resultado da organização, coerência, entendimento e consciência da condição de cidadão ativo e participativo na elaboração de tais políticas. Essa constatação corrobora o argumento apresentado por Martins (2003,34), que ressalva os perigos que representa para o avanço da reforma agrária o envolvimento de pessoas no movimento de luta pela terra sem possuir o entendimento de que essa luta representa o resgate da dignidade, consciência que não é despertada naqueles aos quais a terra é apenas objeto de transação

e que estão compondo essa massa de agricultores por razões alheias ao ideal de justiça social.

As conclusões dos assentados apontaram na direção de que, no âmbito da elaboração de uma política pública, é necessária união e cooperação da comunidade para que as reivindicações sejam atendidas de forma eficaz e que são eles os principais agentes na formação de uma política pública, portanto construtores do seu presente e futuro. Portanto, uma adversidade para o assentamento é um problema de todos os moradores e todos devem partilhar da responsabilidade de buscar soluções.

### **Referências Bibliográficas**

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção Guia da Escola Cidadã; v. 6).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RIBEIRO, Marcelo Machado De Luca de O.. Tecnologia e subjetividade: a relação técnico/produtor no setor rural brasileiro. In: **Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos**. São Paulo: Imaginário, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.